Estado do Rio de Janeiro, 12 de Junho de 2019. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

D.O.M.

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XV Edição Nº
933

Petmóvel continua no Centro de Mangaratiba

Cadastro e avaliação dos animais são feitos as segundas e as cirurgias as sextas-feiras

O trailer de castração de animais da Prefeitura, o Petmóvel, continua no Centro de Mangaratiba. A equipe está localizada no calçadão próximo à Casa de Cultura Contemporânea (Clube Náutico Mangarás). O cadastro e avaliação dos animais são feitos sempre as segundas-feiras e as cirurgias as sextas.

Para a realização do atendimento, o proprietário deve apresentar RG, comprovante de residência (conta de luz ou telefone), CPF e cartão do SUS, além do comprovante de vacinação do animal. O serviço é por ordem de chegada, a partir das 8h. Cães e gatos de rua também podem ser atendidos desde que a pessoa (tutor) se responsabilize pelos cuidados (principalmente pós-cirúrgico).



PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019
Sistema de Registro de Preços - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1651/2019
OBJETO RESUMIDO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no ramo de Serviços Topográfico, Sondagem de Solo e Projetos de Drenagem em diversos locais do Município de Mangaratiba, para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e Secretaria de Obras, Planejamento e Urbanismo pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o Edital.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global
DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 27 de junho de 2019, às 09:00 horas.
LOCAL: A sessão realizar-se-á no CEID- Centro de Educação de Interatividade Educacional, localizado na Rua: Coronel Moreira da Silva nº 232, Centro- Mangaratiba.
LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Os interessados em participar deste Pregão poderão examinar e adquirir o respectivo edital na Comissão Permanente de Licitação (CPL), nas dependências da Secretaria Adjunta de Suprimentos, Av. Vereador Célio Lopes, 27 – Centro – Mangaratiba/RJ, de 10 às 16 horas. Em caso de esclarecimentos entrar em contato no telefone n.º (021) 2789-6042.
CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima conforme o disposto no item 3.2. do edital.

Mangaratiba-RJ, 07 de junho de 2019.
Elen Garcia Machado
Pregoeira

Port. 1310/2019.

PORTARIA N.º 1906 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) GLAUCIO ANGELO DA CONCEIÇÃO, matrícula nº 1109, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGESP, de ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, com efeito retroativo a partir de 21 de novembro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 28 de novembro de 2018.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 933 DE 24 DE JANEIRO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2813/18,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) MANUELA DOS ANJOS NOGUEIRA, do Cargo de ASSESSOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2019 .

PORTARIA N.º 939 DE 24 DE JANEIRO DE 2019.

EXECUTIVO

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito
Braz Marcos da Silva Marques

Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
Pedro Luiz Petti Lemelle

Procurador Geral do Município
Adilson Câmara

Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Priscila Souza da Silva

Controlador Geral do Município
Luiz Carlos Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Obras Planejamento e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Transportes
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Fazenda
Rodrigo Pacheco Pereira

Secretário Municipal de Finanças
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Cecília Ribeiro Cabral

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antônio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Roberto César Oliveira

Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Ordem Pública
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil
Jorge Luis da Silva Mendonça

Secretária Municipal de Educação
Valdemar Alves Ribeiro Neto

Secretário Municipal de Comunicação
Antônio Carlos Aniceto

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Elizabeth Antunes Moreira

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Renan Fraga Oggioni

LEGISLATIVO

Presidente
Carlos Alberto Ferreira Graçano

Vice Presidente
Fernando Luiz Peixoto Freijanes

2° Secretário
Eduardo Ferreira Jordão

Vereadores:
Carlos Alberto Ferreira Graçano
Davi dos Santos Farias
Eduardo Ferreira Jordão
Emilson dos Santos Coelho
Fernando Luiz Peixoto Freijanes
Helder Rangel de Araújo
Humberto Costa
Renato José Pereira
Rodrigo Santos Bondim
Rogerio da Siva Jordes
Rômulo dos Santos Nogueira
Wladimir da Conceição Pereira

Atos da Prefeitura

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2840/18,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) MARIO SERGIO MARQUES CARDOSOS FILHO, do Cargo de ASSESSOR DO NÚCLEO DE INSTRUTORES DE ESPORTE, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, EVENTOS, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2019 .

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 24 de janeiro de 2019.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 1199 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DIOGO CESAR FIORANI SIQUEIRA, matrícula nº 10386, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, com efeito retroativo a partir de 17 de janeiro de 2019.

PORTARIA N.º 1200 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) IGOR ANTUNES DE ANDRADE, matrícula nº 10387, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, com efeito retroativo a partir de 17 de janeiro de 2019.

PORTARIA N.º 1203 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DIOGO PAIVA DA SILVA, matrícula nº 2123, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEG, de ASSESSOR GERENCIAL E CONTROLE INTERNO, do(a) CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, com efeito retroativo a partir de 01 de fevereiro de 2019.

PORTARIA N.º 1204 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VANDERLI ALVES DE SOUZA, matrícula nº 3361, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEG, de ASSESSOR DE ASSUNTOS GERAIS, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE, com efeito retroativo a partir de 21 de novembro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 04 de fevereiro de 2019.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 2628 DE 27 DE MAIO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2574, de 20 de maio de 2019, que exonerou o(a) Senhor(a) GIULIA LIMA ARAUJO, do Cargo de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS UNIDADES ESCOLARES, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 13 de maio de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 27 de maio de 2019.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 2638 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) SERGIO GUSTAVO DE OLIVEIRA GONÇALVES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2019.

PORTARIA N.º 2639 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) NICOLAS DO AMARAL DOS SANTOS, para

exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 20 de maio de 2019.

PORTARIA N.º 2640 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria nº 1799/2018,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) CARLOS RENATO TAVARES DOMINGOS, matrícula n° 1828, da Função Gratificada – Símbolo FGEEE, de ASSESSORIA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA GERAL, do (a) CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2641 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANNE CAROLINNE STAEL PORTO FERRAZ, matrícula nº 3377, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEG, de ASSESSOR DE GESTÃO FAZENDÁRIA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2642 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1001/19,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) CARLOS ALBERTO PIMENTA COELHO, do Cargo de SUPERINTENDENTE JURIDICO, símbolo ST, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019 .

PORTARIA N.º 2643 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2513/19,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) MARCOS PAULO VIEIRA BARROSO, do Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE, a partir desta data .

PORTARIA N.º 2644 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VANESSA COSTA ALVES, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE PUBLICIDADE, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de maio de 2019.

PORTARIA N.º 2645 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) THIAGO DA SILVA LIMA, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de maio de 2019.

PORTARIA N.º 2646 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ISABELA CRISTINA CANDIDO FERNANDES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE TELEINFO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2647 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) REINALDO ALMEIDA CAMPISTA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2648 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ADEMILSON VIZANI, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2649 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) GIRLENE VASCONCELOS RODRIGUES, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2650 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VANELIA BRANDÃO MAGALHÃES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2651 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARCIA VALERIA AFONSO ALMEIDA, para exercer o Cargo de COORDENADOR TÉCNICO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, com efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2019.

PORTARIA N.º 2652 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CARLA MIRANDA FERREIRA MOREIRA, para exercer o Cargo de COORDENADOR TÉCNICO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, com efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2019.

PORTARIA N.º 2653 DE 03 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VALESCA DE MOURA COSTA, para exercer o Cargo de COORDENADOR TÉCNICO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, com efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 03 de junho de 2019.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 2654 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2365/19,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) MARCIO DOS SANTOS VARGAS, do Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019 .

PORTARIA N.º 2655 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2414/18,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) GABRIEL DOCA DA SILVA, do Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019 .

PORTARIA N.º 2656 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JORGE TEIXEIRA FILHO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DA DEFESA CIVIL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2657 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria nº 1906/2018,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) GLAUCIO ANGELO DA CONCEIÇÃO, matrícula n° 1109, da Função Gratificada – Símbolo FGESP, de ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2658 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CLÁUDIA VANUZA CAMELO DE OLIVEIRA, matrícula nº 10398, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2659 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) FERNANDA AMÉLIA MESSA E SILVA, matrícula nº 10415, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2660 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) IRLEI CARDOSO SILVA, matrícula nº 2306, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2661 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RODRIGO VIANNA DOS SANTOS, matrícula nº 10420, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2662 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) SAMOEL RODRIGUES FILHO, matrícula nº 10410, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2663 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria nº 3026/2018,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) ARCELINO FERREIRA DOS SANTOS, matrícula n° 2472, da Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.
PORTARIA N.º 2664 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ARCELINO FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 2472, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGESP, de ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

PORTARIA N.º 2665 DE 04 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) BRUNO SILVA SOUZA, para exercer o Cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de maio de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 04 de junho de 2019.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 2666 DE 05 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria nº 0615/2012,
RESOLVE:
Conceder a(o) Servidor(a) CARLOS RENATO TAVARES DOMINGOS, matrícula n° 1828, incorporação aos seus vencimentos da gratificação de maior valor, correspondente a Função Gratificada – Símbolo FGEEE, com base no § 4º do artigo 1º da LEI n° 766/2011, que alterou o Art. 15 da LEI n° 142/88, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019, conforme processo n.º 8187/2019.

PORTARIA N.º 2667 DE 05 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MATEUS BARBOSA FARZATT, matrícula nº 10381, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 05 de junho de 2019.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA GAB. Nº 2694 DE 07 DE JUNHO DE 2019.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Lei nº 978, de 1º de dezembro de 2015,
RESOLVE:
Nomear os membros para o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR MANGARATIBA, com efeito retroativo a partir de 31 de maio:
1. REPRESENTANTE GERAL
PRESIDENTE
ROBERTO CARLOS DE ASSIS MONSORES.
VICE-PRESIDENTE
LILIANA MARIA MEIRELES VIEIRA.

.
2. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
1- GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO.
2- LAÍS CAMARA ROCHA.
3- JESSICA TAVARES MAIA.
4- VINICIUS COUTINHO GENTIL DA SILVA.
5- JEFFERSON ASSIS DE JESUS.
6- PAULO ROBERTO VIEIRAS DE SOUZA.
7- VINICIUS SULIANO DAVID.
.
3. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
.
8- TÂNIA CABRAL DE ALMEIDA – POUSADA RESERVA DO SAHY.
PORTARIA GAB. Nº 2694 DE 07 DE JUNHO DE 2019.
9- ANDERSON DE OLIVEIRA ROSA – CANTINHO DA PRAIA.
10- ROGÉRIO TORRES DE ABREU – POUSADA COSTA DOS CORAIS.
11- TÂNIA DAVID – RESTAURANTE OCEANO.
12- LUCIMARY JAISER DE QUEIROZ – EMPÓRIO DA BARREIRA.
13- LIANA MARIA MEIRELES VIEIRA – POUSADA RECANTO
14- CARLOS ROBERTO MAC LAREN NOGUEIRA – AUTO POSTO GUITY.
.
4. SECRETÁRIO GERAL
PAULO ROBERTO VIEIRA DE SOUZA.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 07 de junho de 2019.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA Nº 233, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Retificar os termos da Portaria Nº 220 de 28 de Maio de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Conceder por 31 (trinta e hum) dias de licença médica, concedida ao(a) servidor(a) MARIA DE LOURDES, SECRETARIA ESCOLAR, matrícula(s) nº 1074 lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 22/04/2019 à 22/05/2019 conforme processo nº 366/2019.

PORTARIA Nº 234, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Conceder por 30 (trinta) dias de licença médica, concedida ao(a) servidor(a) SANDRA DA SILVA E SOUZA, PROFESSOR II, matrículas nº 2719, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 31/05/2019 à 29/06/2019 conforme processo nº 4978/2011.

PORTARIA Nº 235, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Prorrogar por mais 20 (vinte) dias de licença médica, concedida ao(a) servidor(a) MICHELLE DUARTE SOARES MOLINA PEREIRA, PROFESSOR II, matrículas nº 3774, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04/06/2019 à 23/06/2019 conforme processo nº 708/2016.

PORTARIA Nº 236, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias de licença médica, concedida ao(a) servidor(a) JOSILENE GRANHA DE OLIVEIRA, SERVENTE ESCOLAR, matrículas nº 10402, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 31/05/2019 à 29/07/2019 conforme processo nº 366/2017.

PORTARIA Nº 237, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Prorrogar por mais 30 (trinta) dias de licença médica, concedida ao(a) servidor(a) SERGIO RICARDO LOPES DORESTES, GUARDA MUNICIPAL, matrículas nº 1319, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E ORDEM PÚBLICA, com efeito retroativo a partir de 03/06/2019 à 02/07/2019 conforme processo nº 222/2019.

PORTARIA Nº 238, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Prorrogar por mais 30 (trinta) dias de licença médica, concedida ao(a) servidor(a) ROSANGELA FRANÇA BASTOS, SERVENTE ESCOLAR, matrículas nº 1544, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 02/06/2019 à 01/07/2019 conforme processo nº 257/2019.

Atos da Prefeitura

PORTARIA Nº 239, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Conceder por 30 (trinta) dias de licença médica, concedida ao(a) servidor(a) LUCIANA BATISTA DE CARVALHO, INSPETOR DE ALUNOS, matrículas nº 3211, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 09/05/2019 à 07/06/2019 conforme processo nº 398/2019.

PORTARIA Nº 240, DE 11 DE JUNHO DE 2019.
O Presidente do Previ – Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto nº. 1977 de 13 de fevereiro de 2009.
R E S O L V E
Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, concedida ao(a) servidor(a) MILENA NOGUEIRA FERREIRA, NUTRICIONISTA, matrícula nº 2984, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 03/06/2019 à 30/09/2019 conforme processo nº 387/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 11 de Junho de 2019.
Renan Fraga Oggioni
Presidente

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 004/2014 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 029/2014 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03556/2017 FINS DE PUBLICAÇÃO.
Contratante: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
Contratado: TEC RIO CONSERTO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA ME – CPF sob o n° 40.237.000/0001-24
Modalidade: Termo Aditivo - artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93.
Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO no contrato n° 004/2014, que tem por escopo: Prestação de Serviço CONTINUADO especializado em locação de equipamentos e fornecimento de materiais necessários para a realização de serviços de exames laboratoriais, aos pacientes atendidos no HOSPITAL MUNICIPAL VICTOR DE SOUZA BREVES e da UNIDADE BASICA DE SAUDE DE MURIQUI, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERENCIA, bem como as justificativas contidas nos documentos no OFICIO n° 110/2019 em consonância com o Art. 57, inciso II da lei 8.666/93.
Valor: Dá-se a este contrato valor total estimado de R$ 333.000,00 (Trezentos e trinta e três mil reais), sendo: a) O valor total mensal estimado de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais) correspondente ao serviço prestado no Hospital Municipal Victor de Souza Breves. b) O valor total mensal estimado de R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais) – correspondente ao serviço prestado na UBS de Muriqui.
Dotação Orçamentária: 29.01.10.302.0210.2.025-3.3.90.39.99-100, 29.01.10.302.0210.2.025-3.3.90.39.99-110, 29.01.10.302.0210.2.025-3.3.90.39.99-024, 29.01.10.302.0210.2.025-3.3.90.39.99-023 do Fundo Municipal de Saúde.
Prazo: Dá-se a este termo o prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de 08 de maio de 2019.

Data da Assinatura: Mangaratiba, 07 maio de 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º02/2019
SORTEIO REFERENTE A "FLEXBOAT"
O Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I, III, IV, V e XIV do Artigo 36 da Lei Complementar n.º 41, de 31 de janeiro de 2017, e,
Considerando o disposto §1º do Artigo 11 do Decreto n.º 4.040/2019;
Considerando o disposto na PORTARIA SMTCEEL N.º 001, de 30 de maio de 2019;
Considerando que a PORTARIA SMTCEEL Nº 001, de 30 de maio de 2019, foi publicada no Diário Oficial do Município no dia 11 de junho de 2019, Edição nº 932 – Ano XV, faz se necessário a prorrogação e a remarcação da data do sorteio.
TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO de todas as Empresas prestadoras de serviço de Transporte Turístico e Cooperativas formadas para esse fim, devidamente inscritas no Cadastro de Atividades Econômicas do Município e cadastradas na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer que operam no cais de Público de Turismo localizado em Conceição de Jacareí 2º Distrito de Mangaratiba/RJ, a participarem do SORTEIO para o Sistema de Rodízio de horários, a fim de ordenar e organizar a atividade de transporte náutico das embarcações na modalidade "Flexboat", na data, horário e local abaixo descrito:
DATA: 17/06/2019
HORÁRIO: 9h00min
LOCAL: Paço Municipal, sito à Avenida Vereador Célio Lopes S/Nº, Centro, Mangaratiba/RJ, Secretaria Municipal Turismo, Eventos, Esporte e Lazer.

Mangaratiba, 12 de junho de 2019.
ROBERTO CARLOS DE ASSIS MONSORES
Secretário Municipal de Turismo,
Cultura, Esporte, Eventos e Lazer

D.O.M. **Diário Oficial do Município de Mangaratiba**
12 de Junho de 2019 - Ano XV - Nº 933

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI Nº 1.205, DE 05 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BUEIRO INTELIGENTE COMO FORMA DE PREVENÇÃO ÀS ENCHENTES NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Mangaratiba o programa "Bueiro Inteligente" como forma de prevenção às enchentes e alagamentos, bem como outros desastres naturais relacionados ao entupimento das galerias de águas pluviais.

§ 1º O programa consiste na instalação caixa coletora visando a retenção de material sólido sem obstrução da passagem de água nos bueiros e bocas de lobo.

§ 2º A caixa coletora deverá contar com sistema eletrônico de monitoramento que contribua para o adequado controle e gerenciamento na limpeza e desobstrução.

Art. 2º O Executivo Municipal regulamentará a presente lei para garantir a sua execução.

Art. 3º O Executivo Municipal poderá firmar convênios com entidades em nível Federal, Estadual e Civil, objetivando capitalização de recursos financeiros para a implantação do programa "Bueiro Inteligente".

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor 180 dias após a sua publicação

Mangaratiba, 05 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/Projeto de Lei nº 54/2018 – Vereador Autor Fernando Luiz Peixoto Freijanes (Fernando do Zé Luiz do Posto)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI Nº 1.206, DE 05 DE JUNHO DE 2019.

CRIA O "CENTRO HISTÓRICO, CULTURAL E GASTRONÔMICO DE MANGARATIBA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica declarado como Centro Histórico, Cultural e Gastronômico de Mangaratiba o centro de Mangaratiba, trecho compreendido entre a Praça Robert Olympio Simões, Praça Sebastião Queiroz, Av. Ver. Célio Lopes, Rua João Pessoa, Rua Domingos Jannuzzi, Rua Nilo Peçanha, Rua Nossa Senhora da Guia, Rua Cel. Moreira da Silva e Rua Mal. José Caetano que passa a integrar todo o Polo Gastronômico do Centro Histórico e Cultural do Distrito sede de Mangaratiba.

Art. 2º No Centro Histórico, Cultural e Gastronômico de Mangaratiba, poderá, ser autorizada a colocação de mesas e cadeiras e demais mobiliários urbanos necessários à efetiva destinação como espaço cultural, gastronômico e de conveniência.

Art. 3º A Prefeitura incentivará a promoção do local, mediante apoio dos órgãos envolvidos, visando a preservar:

I - o livre trânsito de veículos e transeuntes;
II - o ordenamento público;
III - a harmonia estética;
IV - a sinalização indicativa dos estabelecimentos participantes; e
V - a repressão ao comércio ambulante irregular.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a lavrar termo de compromisso com os comerciantes, visando assegurar a harmonia, a convivência e a adequada utilização do espaço público.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 05 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/Projeto de Lei nº 55/2018 – Vereador Autor Fernando Luiz Peixoto Freijanes.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI Nº 1.207, DE 05 DE JUNHO DE 2019.

INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA - "MANGARATIBA PLANTA, EU CUIDO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no município de Mangaratiba, Programa Municipal de Arborização Urbana, destinado a desenvolver ações para implantação, gestão e conservação das áreas verdes, com o objetivo de ampliar a cobertura vegetal urbana.

Parágrafo Único. Para fins desta lei, considera-se bem de interesse comum a todos os munícipes, toda vegetação arbórea existente ou que venha a existir em vias ou logradouros públicos.

Art. 2º O Programa Municipal de Arborização Urbana será desenvolvido através de um conjunto de ações educativas, preventivas e de manejo e conservação de áreas verdes.

Art. 3º As ações empreendidas no âmbito do Programa Municipal de Arborização Urbana visam os seguintes objetivos:

I – assegurar a gestão do patrimônio verde pelo serviço público municipal especializado;

II – desenvolver e aplicar métodos de acompanhamento habilitado de plantio e poda de árvores;

III – estabelecer a conscientização pública sobre a importância das áreas verdes urbanas como elemento indispensável ao município, inclusive como indicador de qualidade de vida;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

IV – Incentivar iniciativas voluntárias individuais e coletivas de plantios em bairros, ruas, áreas de recreação e demais espaços previamente verificados através de demandas técnicas e/ou manifestações de interesses da comunidade, distribuindo espécies de mudas mais adequadas ao plantio urbano;

V – coordenar programas específicos de educação e monitoramento ambiental;

Art. 4º Poderão participar do Programa Municipal de Arborização Urbana pessoas físicas e jurídicas, na ornamentação e doação de mudas.

Art. 5º As ações a serem desenvolvidas nesse projeto deverão observar critérios de distribuição de espaços públicos livres, respeitando a plena acessibilidade, as carências sociais, a manutenção dos recursos ambientais finitos e a proteção ao solo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 05 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/Projeto de Lei nº 57/2018 – Vereador Autor Fernando Luiz Peixoto Freijanes

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

LEI Nº 1.208, DE 06 DE JUNHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA LEI DE TOMBAMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

de Tombamento Municipal do Município de Mangaratiba

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Cria a Lei de tombamento do Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba que é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, públicos ou privados, tombados individualmente ou em conjunto, dotados de valor estético, ético, filosófico, histórico, paisagístico, etnográfico ou científico, cuja preservação e proteção sejam de interesse público.

§ 1º Os bens que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio cultural municipal, depois de inscritos separada ou agrupadamente nos Livros de Tombo ou de Registro, de que trata essa Lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos ao tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e/ou proteger por feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

§ 3º Ficam também sujeitos a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de natureza imaterial que constituam importantes referências culturais e relacionem-se à identidade, à memória e à ação de grupos sociais mangaratibenses.

§ 4º Incluem-se ao Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba os bens imóveis inventariados relacionados no Anexo I da presente lei e fundamentados na Lei Municipal Nº 107, de 13 de abril de 1987.

Art. 2º A proteção ao Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba é dever de todos, cabendo à Administração Pública promover sua proteção especial através das medidas de preservação previstas nesta lei e nos demais instrumentos legais e normativos.

I – Promover e estimular a difusão do Patrimônio Cultural visando a sua preservação e apropriação social;

II – Desenvolver modelos de gestão da política de preservação do Patrimônio Cultural do Município de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos nacionais e internacionais; e

III – Promover e apoiar a formação técnica especializada para a preservação do Patrimônio Cultural do Município.

§ 1º Compete à Fundação Mário Peixoto – FMP a gestão dos Patrimônios Culturais do município de Mangaratiba, fundamentados pela Lei Municipal Nº 105, de 29 de dezembro de 1986.

I – Coordenar a implementação e a avaliação da política de preservação do Patrimônio Cultural do Município, em consonância com a legislação Federal, Estadual e Municipal que rege a matéria;

II – Promover a identificação, a documentação, o reconhecimento, o tombamento, bem como o registro dos bens considerados como Patrimônio Cultural do Município no Livro do Tombo respectivo;

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

III – Elaborar normas e procedimentos para a regulamentação das ações de preservação do Patrimônio Cultural do Município, orientando as partes envolvidas na sua preservação.

§ 2º Compete ao Município, através dos órgãos próprios, proteger e fiscalizar os bens considerados como Patrimônio Cultural do município de Mangaratiba e exercer as competências estabelecidas na legislação municipal, especialmente:

I – Promover a salvaguarda, a conservação, a restauração e a revitalização do Patrimônio Cultural Edificado protegido pelo Município;

II – Fiscalizar, através de seus órgãos, o Patrimônio Cultural protegido pelo Município com vistas a garantir a sua preservação, uso e fruição;

III – Aplicar as sanções previstas em lei, visando à preservação do Patrimônio Cultural protegido pelo Município.

Capítulo II

Dos Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Cultural

Art. 3º São instrumentos de proteção ao Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba, sem prejuízo de outras formas de acautelamento:

I – Plenos:

a) Tombamento;

b) Registro.

II – Auxiliares:

a) Inventário;

b) Vigilância.

Art. 4º Serão determinados pelo Conselho Municipal de Cultura - CMC os seguintes livros de inscrição do Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba, os quais poderão adotar a forma eletrônica:

3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

I – Livro do Tombo do Patrimônio Cultural Edificado e Paisagístico;

II – Livro do Tombo do Patrimônio Cultural Documental, Etnográfico, Artístico e Arqueológico;

III – Livro do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial.

§ 1º Caberá à Fundação Mário Peixoto – FMP a guarda e conservação dos livros dispostos nesse artigo, garantindo a inviolabilidade das suas informações.

§ 2º Nos casos em que o bem a ser protegido não se enquadre nos Livros acima relacionados, poderão ser abertos outros Livros.

SEÇÃO I

DO INVENTÁRIO

Art. 5º O procedimento de Inventário de Bens Imóveis do Patrimônio Cultural do Município é ato administrativo de identificação e compilação das características e peculiaridades históricas e de relevância cultural dos bens imóveis, públicos ou privados, do Município.

§ 1º O procedimento de Inventário classificará os bens imóveis como de interesse de preservação.

§ 2º Na execução do procedimento de Inventário serão adotados critérios técnicos e fundamentados, podendo ser de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros, nos termos da regulamentação própria.

§ 3º Qualquer pedido de inclusão ou exclusão de bens particulares no Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba deverá ser encaminhado, nos termos do regulamento próprio, para deliberação pelo Conselho Municipal Cultura.

4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

§ 4º A deliberação de inclusão ou exclusão do inventário de bens pelo Conselho Municipal de Cultura – CMC deverá ser subsidiada por parecer técnico fundamentado da Departamento Técnico competente, podendo ainda o CMC solicitar parecer técnico de outros órgãos e entidades competentes, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC).

Art. 6º Os bens inventariados ou em processo de inventário não poderão sofrer intervenção, restauração, reparação ou adequação sem prévia autorização da Fundação Mário Peixoto – FMP nem poderão, ainda, serem descaracterizados, mutilados, demolidos, obstruídos ou destruídos, sendo dever do proprietário ou possuidor sua preservação e conservação, sob pena de multa e demais cominações legais.

§ 1º A intervenção, restauração, reparação, movimentação dos bens móveis poderá ser autorizada, mediante solicitação junto ao Departamento Técnico do Patrimônio Cultural Documental, Artístico, Imaterial e Arqueológico, que funcionará sob a coordenação da Fundação Mário Peixoto – FMP.

§ 2º A intervenção, restauração, reparação ou adequação, a reforma da edificação, a reciclagem do uso ou acréscimo de área construída dos bens imóveis poderá ser autorizada, mediante solicitação junto à Fundação Mário Peixoto.

§ 3º Para as edificações habitadas poderá o proprietário solicitar autorização emergencial para realizar pequena manutenção, no sentido de manter, sustentar, consertar ou conservar, a qual deverá ser analisada em tempo hábil pelo órgão competente.

§ 4º Havendo risco iminente à segurança dos habitantes do imóvel de que trata o parágrafo anterior, o proprietário poderá realizar, nos termos do regulamento próprio, a manutenção prévia mínima a garantir a segurança, devendo comunicar posteriormente ao Departamento Técnico do Patrimônio Cultural Edificado, solicitando a autorização para continuidade do reparo necessário.

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

SEÇÃO II

DO TOMBAMENTO

Art. 7º O tombamento é um ato administrativo que declara a singularidade e excepcionalidade de um bem considerado individualmente ou em conjunto, seja móvel ou imóvel, público ou privado, pertencente à pessoa física ou jurídica, em razão do seu valor cultural, histórico, paisagístico, científico, cultural, artístico, turístico, arquitetônico ou ambiental, com instituição de um regime jurídico especial de propriedade como forma a garantir sua preservação e conservação.

§ 1º Qualquer pedido de inclusão ou exclusão de bens móveis ou imóveis particulares nos Livros de Tombo deverá ser encaminhado, nos termos do regulamento próprio, para deliberação pelo Conselho Municipal de Cultura.

§ 2º A deliberação de inclusão ou exclusão dos bens móveis ou imóveis pelo Conselho Municipal de Cultura – CMC deverá ser subsidiada por parecer técnico fundamentado pelo Departamento Histórico da Fundação Mário Peixoto – FMP, podendo ainda o CMC solicitar parecer técnico de outros órgãos e entidades competentes.

§ 3º Um bem para que possa ser tombado não precisa necessariamente se submeter a prévio procedimento administrativo de inventário.

Art. 8º Os bens tombados ou em processo de tombamento deverão ser conservados e preservados e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos, mutilados ou movidos pelo seu proprietário ou possuidor, devendo qualquer intervenção, restauração, reparação ou adequação ser previamente autorizada pela Administração Pública Municipal e Fundação Mário Peixoto, sob pena de multa e demais cominações legais.

§ 1º A intervenção, restauração, reparação, movimentação dos bens móveis poderá ser autorizada, mediante solicitação junto aos órgãos competentes da Administração Pública Municipal e Fundação Mário Peixoto.

6

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

§ 2º A intervenção, restauração, reparação ou adequação, a reforma da edificação, a reciclagem do uso ou acréscimo de área construída dos bens imóveis poderá ser autorizada, mediante solicitação junto ao Departamento Técnico do Patrimônio Cultural Edificado, que funcionará sob a coordenação da Fundação Mário Peixoto.

§ 3º Para as edificações habitadas poderá o proprietário solicitar autorização emergencial para realizar pequena manutenção, no sentido de manter, sustentar, consertar ou conservar, a qual deverá ser analisada em tempo hábil pelo órgão competente.

§ 4º Havendo risco iminente à segurança dos habitantes do imóvel de que trata o parágrafo anterior, o proprietário poderá realizar, nos termos do regulamento próprio, a manutenção prévia mínima a garantir a segurança, devendo comunicar posteriormente ao Departamento Técnico do Patrimônio Cultural Edificado, solicitando a autorização para continuidade do reparo necessário.

Art. 9º Ao proprietário do bem tombado compete, dentre outros:

I – conservar e preservar o bem, seu acervo integrante e seu entorno, mantendo suas características e qualidades;

II – realizar às suas custas as obras de conservação e reparação, quando necessárias;

III – permitir a fiscalização exercida pela Administração Pública, facilitando o acesso ao bem e contribuindo para a adoção de medidas necessárias à execução da lei;

IV – adequar a destinação, aproveitamento e utilização do bem, visando à garantia de sua conservação

Art. 10. O proprietário do bem tombado que não dispuser do total de recursos financeiros para realizar as obras necessárias à sua conservação e reparação, deverá comunicar o fato ao Conselho Municipal de Cultura por meio de requerimento escrito instruído com:

I – relação das obras que precisam ser realizadas no bem, com orçamentos contendo a estimativa dos seus valores;

7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

II – prova da condição financeira que impeça a realização imediata das obras;

III – apresentação de plano de trabalho, com cronograma de realização das obras no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo Único. As obras de caráter urgente não poderão ser incluídas no plano de trabalho, devendo ser realizadas imediatamente pelo seu proprietário, exceto quando comprovada a hipossuficiência econômica.

Art. 11. Para efeitos dessa lei entende-se por obras de caráter urgente aquelas que, quando não realizadas, exponham a risco ou perigo:

I – a estrutura do bem tombado, sua funcionalidade ou características;

II – a vida, a integridade ou a saúde de pessoas;

III – a estrutura de imóvel vizinho, conforme o caso.

Art. 12. O Conselho Municipal de Cultura analisará o requerimento, podendo indeferi-lo nas seguintes hipóteses, sem prejuízo à aplicação das sanções cabíveis:

I – ausência ou insuficiência dos documentos mínimos necessários à sua apreciação;

II – ausência de comprovação da condição de hipossuficiência econômica que se mostre impeditiva a realização das obras;

III – má-fé do proprietário, com utilização indevida do requerimento para retardar, prejudicar ou suspender a prática de atos de fiscalização.

Art. 13. Deferido o requerimento, o Conselho Municipal de Cultura fixará a relação dos serviços e o prazo mínimo em que deverão ser executadas pelo proprietário.

§ 1º O prazo para a execução das obras fixado pelo Conselho Municipal de Cultura começará a contar a partir da data de recebimento da comunicação por escrito do ato administrativo pelo proprietário do imóvel protegido.

8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

§ 2º As regras e critérios de fiscalização das obras do plano serão dispostos em ato do Poder Executivo.

SEÇÃO III
DO REGISTRO

Art. 14. O registro é um ato administrativo que tem por objetivo declarar um bem cultural de natureza imaterial como integrante do patrimônio cultural de Mangaratiba.

Art. 15. Poderão ser objeto de registro:

I – os saberes, como os conhecimentos e modos de fazer típicos de um grupo ou comunidade;

II – as celebrações, como festas, rituais e demais manifestações comemorativas coletivas;

III – as formas de expressão, como manifestações literárias, musicais, artesanais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – os lugares de paisagem natural, como cachoeiras, rios, praias, ilhas, janelas de mata atlântica; e os onde se exercem atividades humanas, como mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

SEÇÃO IV
DA VIGILÂNCIA

Art. 16. A vigilância é o conjunto de atos, ações, medidas e providências praticadas pela Administração Pública de forma isolada ou integrada com outros órgãos, entidades ou instituições, públicas ou privadas, de qualquer esfera de governo, voltados à fiscalização do patrimônio cultural protegido, visando sua conservação e preservação.

Art. 17. A vigilância apresenta caráter subsidiário em relação aos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, podendo ser aplicada de forma simultânea aos demais instrumentos e medidas de acautelamento.

9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Art. 18. Para execução da vigilância, a Administração Pública poderá, sem prejuízo a outros meios legais, utilizar-se de recursos tecnológicos bem como a participação da comunidade para o monitoramento e proteção dos bens do patrimônio cultural, tais como implantação de alerta na indicação fiscal do imóvel, adoção de medidas fiscalizatórias e denúncias pelo cidadão por meio dos canais de comunicação mantidos pela municipalidade.

Capítulo III

Das Diretrizes do Procedimento Administrativo de Inventário, Tombamento e Registro

Art. 19. Os procedimentos administrativos de Inventário, Tombamento e Registro serão regulamentados por ato do Poder Executivo e poderão ser iniciados:

I – voluntariamente, a pedido do proprietário do bem;

II – de ofício ou compulsoriamente, por ato da Administração Pública Municipal;

III – a requerimento de qualquer interessado.

Art. 20. A regulamentação de que trata o artigo anterior atenderá aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório, ao disposto na presente lei e, em especial:

I – tramitação dos processos perante o Conselho Municipal de Cultura – CMC;

II – análise e parecer técnico do Departamento Técnico competente;

III – ciência do proprietário sobre a tramitação;

IV – prazo não inferior a 30 (trinta) dias para a manifestação dos interessados.

Capítulo IV

Da Fiscalização

Art. 21. A fiscalização do Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba dar-se-á:

10

I – ordinariamente, mediante inspeção periódica pela Administração Pública Municipal ou sempre que entender necessário;

II – extraordinariamente, quando houver denúncia formulada por qualquer cidadão.

§ 1º A fiscalização do patrimônio cultural compete à Fundação Mário Peixoto – FMP, exceto nos casos de intervenção não licenciada do Patrimônio Cultural Edificado, cuja competência é da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SMOU, com auxílio da Fundação Mário Peixoto.

§ 2º Os critérios, limites e ações de fiscalização do patrimônio cultural serão regulamentados por ato do Poder Executivo.

§ 3º A fiscalização como ato de poder de polícia é de competência dos órgãos públicos, podendo o cidadão formular denúncia pelos diversos canais de comunicação mantidos pela Administração Pública Municipal.

Capítulo V
Das Penalidades

Art. 22. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta lei ou nas normas regulamentadoras implicará em aplicação de penalidades ao proprietário pela Administração Pública, sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais que se fizerem necessárias.

Art. 23. Para efeito dessa lei, a multa pecuniária será fixada considerando o valor do bem protegido, da seguinte forma:

I – em se tratando de bem imóvel, percentual incidente sobre o valor venal do imóvel considerado pelo Município de Mangaratiba para o cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI;

II – em se tratando de bem móvel, percentual incidente sobre seu valor de mercado ou, quando de difícil ou impossível cotação, sobre o valor estimado do bem.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Art. 24. As penalidades serão aplicadas considerando os seguintes critérios, dentre outros:

I – a natureza da infração;

II – a reincidência;

III – a extensão do dano ou a exposição a perigo do bem protegido;

IV – o comportamento do proprietário para a eclosão do evento tido como danoso ou potencialmente danoso;

V – o estado de conservação do bem após a prática do ato;

VI – o valor econômico e cultural do bem protegido.

Art. 25. Considera-se reincidente o proprietário que comete nova infração, depois de publicada no Diário Oficial do Município de Mangaratiba a decisão administrativa que o tenha condenado por infração anterior.

Parágrafo Único. Para efeito de reincidência, não prevalece a penalidade anterior se entre a data de publicação no Diário Oficial do Município – DOU de Mangaratiba da decisão administrativa que aplicou a penalidade anterior e a data em que verificada a prática da infração posterior houver decorrido período de tempo igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Art. 26. Qualquer penalidade poderá ser aumentada até o dobro quando, em virtude da situação econômica do proprietário, se mostrar ineficaz, embora aplicada em seu percentual máximo.

Art. 27. Ficará isento da penalidade ou terá reduzido em até 2/3 (dois terços) do seu valor, o proprietário que no prazo de Impugnação, cumulativamente:

I – comprovar que o evento que ensejou a lavratura do Auto de Infração se deu por caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro;

12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

II – apresentar plano de trabalho em que se compromete a promover a restauração, reparação, reforma ou reconstrução do bem protegido, conforme o caso, com prazo de conclusão de até 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 28. Sem prejuízo à aplicação de outras penalidades, a falta de conservação ou destruição do bem imóvel protegido acarretará ao seu proprietário:

I – a obrigação de reconstruir ou restaurar o bem protegido;

II – a revogação de eventual incentivo fiscal ou de potencial construtivo concedido em razão do caráter cultural do imóvel;

III – a obrigação de devolver os valores utilizados a título de potencial construtivo, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento), juros de mora e correção monetária.

Parágrafo Único. Na impossibilidade de reconstrução ou restauração do bem preservado e sendo possível a realização de nova edificação, deverá obrigatoriamente, observar a área e o volume do imóvel destruído ou demolido, ou ainda, os parâmetros de zoneamento, observado sempre o que for mais restritivo, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta lei.

Capítulo VI

Das Penalidades em Espécie

Art. 29. Destruir, demolir, deteriorar ou mutilar bem protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial: Multa, a critério do poder executivo ou de de 50% (cinquenta por cento) a 80% (oitenta por cento) do valor do bem protegido.

Art. 30. Reformar, reparar, pintar, restaurar ou alterar o bem protegido, por qualquer forma, sem prévia autorização da Administração Pública Municipal ou em desacordo com a autorização concedida: Multa, a critério do poder executivo, ou de 20% (vinte por cento) a 70% (setenta por cento) do valor do bem protegido.

13

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Art. 31. Deixar de realizar as obras de conservação, manutenção, prevenção e reparação do bem protegido: Multa, a critério do poder executivo ou de 30% (trinta por cento) a 80% (oitenta por cento) do valor do bem protegido.

Art. 32. Deixar de observar quaisquer das normas ou regramentos estabelecidos para os bens da área de entorno: Multa, a critério do poder executivo ou de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do bem protegido.

Art. 33. Apresentar requerimento de plano de trabalho a que alude o art. 11 dessa lei com o fim de retardar, prejudicar ou suspender a prática de atos de fiscalização: Multa, a critério do poder executivo ou 20% (vinte por cento) do valor venal do bem protegido.

Art. 34. Construir em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ambiental, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da Administração Pública Municipal ou em desacordo com a autorização concedida: Multa, a critério do poder executivo ou de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do bem protegido.

Art. 35. Retirar, mover ou deslocar bem móvel protegido para fora dos limites territoriais do Município de Mangaratiba, sem prévia autorização da Administração Pública Municipal: Multa, a critério do poder executivo ou de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do bem protegido.

Art. 36. Deixar de comunicar ao órgão municipal competente o extravio, furto ou roubo de bem móvel protegido: Multa, a critério do poder executivo ou de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do bem protegido.

Art. 37. Verificado o descumprimento a quaisquer das obrigações previstas nesta lei, será lavrado Auto de Infração pelo órgão competente que deverá conter, no mínimo, o seguinte:

I – nome e endereço do responsável pela prática do ato reputado como contrário a presente lei;

14

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

II – local em que a ocorrência se tiver verificado;

III – data da constatação da ocorrência;

IV – descrição sucinta da ocorrência;

V – capitulação da infração com indicação do dispositivo legal infringido, inclusive o valor da multa.

Parágrafo Único – O proprietário do imóvel será notificado para, querendo, apresentar Impugnação ao Auto de Infração, no prazo de 30 dias, ou a critério do poder executivo.

Art. 38. Os demais procedimentos administrativos de aplicação de penalidade, inclusive de tramitação de impugnação, recurso e julgamento serão regulamentados por ato do Poder Executivo atendendo ao disposto na presente lei e aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório.

Capítulo VII
Dos Incentivos a Bens Imóveis

Art. 39. Os proprietários de imóveis declarados como de valor cultural poderão contar com os seguintes incentivos, sem prejuízo de outros previstos em leis e decretos, a fim de assegurar-lhes a sua conservação, preservação e manutenção:

I – redução ou isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;

II – enquadramento em leis de incentivo a cultura;

III – incentivos construtivos;

IV – parceria entre poder público e a iniciativa privada.

Parágrafo Único. O Poder Público Municipal regulamentará a forma e as condições para a concessão dos incentivos dispostos nesse artigo.

15

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Art. 40. O incentivo construtivo consistirá na autorização para ser edificada construção acima dos limites previstos pela legislação em vigor, mediante compromisso formal do proprietário do imóvel de valor cultural de preservá-lo, com a execução pelo proprietário do projeto de restauro e sua aprovação prévia pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único. O ato de formalização do compromisso será averbado à margem da matrícula do imóvel a ser preservado.

Art. 41. O incentivo construtivo será concedido preferencialmente para construção no próprio terreno em que se encontre edificado o imóvel de valor cultural, desde que haja área remanescente e obedecidas as condições impostas pelo Departamento Técnico do Patrimônio Cultural Edificado.

Parágrafo Único – No caso de utilização do potencial construtivo no próprio lote onde está edificado o imóvel de valor cultural, mediante restauração integral do bem protegido, o poder público poderá conceder ao proprietário aumento não oneroso de porte comercial ou residencial, desde que observado os parâmetros do zoneamento.

Art. 42. Não sendo possível a utilização total ou parcial do incentivo na forma do artigo anterior, poderá ser o mesmo transferido para outro imóvel, nos termos da legislação vigente.

Art. 43. O potencial concedido poderá ser restabelecido a cada 15 (quinze) anos, condicionada a boa conservação ou mediante apresentação de alvará de restauro do imóvel de valor cultural, nos termos do regulamento próprio.

Art. 44. O incentivo construtivo poderá ser transferido para outro imóvel na forma de acréscimo de coeficiente e de número de pavimentos e porte comercial nos termos do regulamento próprio.

Art. 45. Uma vez formalizada a concessão do incentivo, responderá o proprietário do valor cultural, histórico ou arquitetônico pela sua conservação, sob pena das sanções previstas nesta lei.

16

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Parágrafo Único. Na hipótese de destruição ou demolição do imóvel sobre o qual foi concedido incentivo construtivo, o valor correspondente à metragem do potencial concedido deverá ser restituído ao Poder Público pelo valor vigente do potencial construtivo comercializado pelo Município à época da restituição, a ser calculado pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, ou a critério do poder executivo uma Secretaria competente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta Lei.

Art. 46. Para efeito de aprovação de projetos de intervenção em bens imóveis protegidos nos termos desta lei, junto ao Município de Mangaratiba, a área de construção do bem como sua área de projeção não serão computadas no cálculo de coeficiente de aproveitamento nem na taxa de ocupação.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 06 de junho de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA

Prefeito

/Projeto de Lei n° 58/2018 – Vereador Autor Fernando Luiz Peixoto Freijanes

17

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

ANEXO I

Relação do Patrimônio Cultural do Município de Mangaratiba os bens imóveis inventariados relacionados neste "Anexo" da presente lei e fundamentados na Lei Municipal Nº 107, de 13 de abril de 1987.

Tombado pelo IPHAN:

- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia e Cruzeiro de Pedra

Processo 773-T, inscrição 402, Livro Histórico fls.65 – 03/08/1967

REGISTRADOS PELO IPHAN:

- Estrada do Atalho – 2010
- Parque das Ruínas do Saco – 2010
- Parque das Ruínas do Sahy
- Casarão do Sahy (Prédio do antigo Engenho do Gago)

PELO INEPAC

- Ruínas do Povoado do Saco

Processo E-03/33718/78 – 16/04/1979

- Igreja Nossa Senhora de Santanna – Itacuruçá

Processo E-03/30914/79
Tombamento Provisório – 12/06/1980
Tombamento definitivo - 26/01/1983

- Chafariz – Mangaratiba (Início da Rua Coronel Moreira)

Processo E-03/30914/79
Tombamento provisório- 12/06/1980

18

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

Tombamento Definitivo – 26/01/1983

- Bebedouro da Barreira – Estrada São João Marcos

Processo E-03/30914/79

Tombamento Provisório – 12/06/1980

Tombamento definitivo - 26/01/1983

- Sobrado "Barão do Sahy" – Rua Cel Moreira, 173 - Centro

Processo E-03/7755/83

Tombamento Provisório – 20/06/1983

Tombamento definitivo - 31/08/1990

BENS E IMÓVEIS CONSTANTES NO INVENTÁRIO DO INEPAC

- Prédio da Prefeitura Municipal (Rua Cel. Moreira, 232 – Centro)
- Antigo Engenho do João Gago (Sahy) hoje área de reserva do Sahy
- Estrada São João Marcos (Estrada Imperial)
- Solar "Pomar da Casa Branca" – Estrada São João Marcos

19

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 061/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO Nº 6796/2018, PP- SRP: 023/2019.

OBJETO: ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses,*** descritas no **Termo de Referência**
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 28 dias do mês de maio de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Educação**, Sr. Valdemar Alves Ribeiro Neto, Brasileiro, Secretário Municipal de Educação, Divorciado, portador da Cédula de identidade sob o número 09.496.563-9, emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 018.192.497-86, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa empresa **LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.543.571/0001-47**, Inscrição Estadual nº. 78.519.797, com sede a Rua Ereneu Alves Ferreira, nº: GL 02 Lote 32- Bairro Sitio Caranguejo-Mangaratiba-RJ- Cep: 23.860-000, telefone (21) 3789-3299, endereço eletrônico: lazzarimartinez@gmail.com , neste ato, representada pela Senhora Ilen Mara Ramos de Oliveira, Brasileira, Solteira, Empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 101777308 emitido pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 045.561.327-38 e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses,*** **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Global
2	Lençol para berço, 100% algodão, com elástico, medindo no mínimo 60cm x	und	877	PAPY	R$ 16,00	R$ 14.032,00

Secretaria Adjunta de Suprimentos — Página **1** de **7**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

	130 cm x 10cm.					
4	Fronha para travesseiro tamanho 50 cm x 70 cm, composição: 100% algodão antialérgico na cor branco.	und	1.178	SANTISTA	R$ 12,00	R$ 14.136,00
5	Fronha para travesseiro anti refluxo Fronha para travesseiro anti refluxo Medindo no mínimo 0,60 cm x 0,83cm x 0,15cm, composição: 100% algodão antialérgico na cor branco.	und	96	PLUMASUL	R$ 44,60	R$ 4.281,60
7	Toalha de banho c/ capuz felpudo, medidas mínimas: 90cm x 70cm, composição: 100% algodão na cor branca.	und	108	PAPY	R$ 17,55	R$ 1.895,40
						R$ 34.345,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

Secretaria Adjunta de Suprimentos Página **2** de **7**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pelo **Secretário Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

Secretaria Adjunta de Suprimentos — Página **3** de **7**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Educação do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses***, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Educação e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Educação, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Valdemar Alves Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Educação,

Valdemar Alves Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Educação
Portaria 2018/2020

PELA EMPRESA:

LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME
CNPJ sob o nº 09.543.571/0001-47

Ilen Mara Ramos de Oliveira
CPF: 045.561.327-38

09.543.571/0001-47
Lazzari Martinez Com. Varejista de Materiais e Equip. Ltda. ME
Rua Ereneu Alves Ferreira, Gl. 02, Lt. 32
Sítio Caranguejo - CEP 23860-000
Mangaratiba - RJ

Adriana P. da Silva Estanislau
Secretária Adjunta Administrativa
SME MAT.: 1213

Thirley Renata de Vasconcelos
Secretária Adjunta Executiva
Matr.: 1165

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 062/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO Nº 6796/2018, PP- SRP: 023/2019.

OBJETO: ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses,*** descritas no **Termo de Referência**
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 28 dias do mês de maio de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Educação**, Sr. Valdemar Alves Ribeiro Neto, Brasileiro, Secretário Municipal de Educação, Divorciado, portador da Cédula de identidade sob o número 09.496.563-9, emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 018.192.497-86, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa empresa **LLS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.345.406/0001-34**, Inscrição Estadual nº. 86.586.762, com sede a Rua Cel. Machado, 174- Comp 08- Niterói- RJ Cep: 24.020-109, telefone (21) 3254-2402, endereço eletrônico: llscomercioeservicos@gmail.com , neste ato, representada pelo Senhor Anderson Miranda Neves , Brasileiro, Casado, Representante Comercial, portador da Cédula de Identidade nº 09425819-1 emitido pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 018.980.667-28 e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses,*** **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Global
3	Lençol solteiro branco s/ elástico medindo no mínimo 1,40cm x2,25 cm, material 100% algodão na cor branco.	und	1.141	CTX	R$ 28,60	R$ 32.632,60

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

6	Toalha de banho medidas mínimas: 70cm x 140 cm, composição: 100% algodão na cor branca.	und	1.044	CTX	R$ 24,50	R$ 25.578,00
8	Toalha de rosto	und	271	CTX	R$ 7,50	R$ 2.032,50
10	Travesseiros An Re uxo	und	96	CTX	R$ 96,00	R$ 9.216,00
						R$ 69.459,10

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pelo **Secretário Municipal de Educação.**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra,

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Educação do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses***, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Educação e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:
10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Educação, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Valdemar Alves Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Educação,

Valdemar Alves Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Educação
Portaria 225/16

PELA EMPRESA:

LLS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI-ME
inscrita no CNPJ sob o nº 19.345.406/0001-34

Anderson Miranda Neves
CPF: 018.980.667-28

Thirley Reink de Vasconcelos
Secretária Adjunta Executiva
Matr.: 1165

Adriana P. da Silva Estanislau
Secretária Adjunta Administrativa
SME - MAT.: 1213

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 063/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO Nº 6796/2018, PP- SRP: 023/2019.

OBJETO: ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses,*** descritas no **Termo de Referência**
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 28 dias do mês de maio de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Educação**, Sr. Valdemar Alves Ribeiro Neto, Brasileiro, Secretário Municipal de Educação, Divorciado, portador da Cédula de identidade sob o número 09.496.563-9, emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 018.192.497-86, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa empresa **COELHO E MACHADO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EILERI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.027.027/0001-73**, Inscrição Estadual nº. 86.982.196, com sede a Rua Av das Américas, 3939, Bl 1 sl 208- Barra da Tijuca- RJ Cep: 22.631-003, telefone (21) 2143-8200, endereço eletrônico: comercial@viptexdistribuidora.com.br , neste ato, representada pelo Senhor Marcos Paulo Ferreira dos Santos , Brasileiro, Solteiro, Representante Comercial, portador da Cédula de Identidade nº 010.676.546-4 emitido pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 070.981.927-75 e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses,*** **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Global
1	Cobertor de Plush	und	859	KNR	R$ 100,00	R$ 85.900,00
11	Tapete antiderrapante	und	70	KNR	R$ 45,00	R$ 3.150,00
						R$ 89.050,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pelo **Secretário Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°6796/2018

Fls. _____

a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Educação do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na ***Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada*** **de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba** ***pelo período de 12 (doze) meses***, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Educação e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:
10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Educação, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº6796/2018

Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Valdemar Alves Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Educação,

Valdemar Alves Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Educação
Portaria: 2218/19

PELA EMPRESA:

COELHO E MACHADO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EILERI ME
inscrita no CNPJ sob o nº 23.027.027/0001-73

Marcos Paulo Ferreira dos Santos
CPF: 070.981.927-75

Adriana P. da Silva Estanislau
Secretária Adjunta Administrativa
SME MAT.: 1213

Thirley Reinke de Vasconcelos
Secretária Adjunta Executiva
Matr.: 1165

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 064/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO Nº 2318/2019, PP- SRP: 014/2019.

OBJETO: ***Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado*** **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ESTOCÁVEIS E FRIOS,** para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **12 meses** descritas no **Termo de Referência**, pelo período de **12 (doze) meses**.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 31 dias do mês de maio de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil**, Sr. Jorge Luis da Silva Mendonça, Brasileiro, Médico, Casado, portador da Cédula de identidade sob o número 5273454-3 emitido pelo CRM/RJ, CPF/MF 080.723.687-02, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de de Saúde e Defesa Civil** e, de outro lado, a empresa **ALIBRAL DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.391.414/0001-02,** Inscrição Estadual nº. 77.478.477, Inscrição Municipal nº. 037277, com sede a Av. Arruda Negreiros, 971- Engenheiro Belford- São João de Meriti- RJ, CEP.: 25.520-001, telefone (21) 2756-7078/1845, endereço eletrônico: alibral@bol.com.br, neste ato, representada pelo Senhor Luiz Osvaldo Alves Soares Santana, Brasileiro, Casado, Empresário, portador da Cédula de Identidade nº 06.844.157-5, emitido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 001.190.397-02 e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à ***Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado*** **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ESTOCÁVEIS E FRIOS,** para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **12 meses**, **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Adoçante Dietético pó em sache de 0,8 g a base de aspartameembalagem com 1000 unid	140	cx	BOM SABOR	R$ 31,99	R$ 4.478,60
4	Alimento achocolatado em pó solúvel embalagem com mínimo 400g	680	unid	SHOW CAU	R$ 2,99	R$ 2.033,20
5	Alimento nutritivo, tipo cremogema, em cx com 200 g	680	cx	CREMOGEMA	R$ 2,99	R$ 2.033,20
6	Amaciante de carne embalagem plástica 1kg	350	unid	KITANO	R$ 7,00	R$ 2.450,00
8	Arroz polido (tipo agulhinha) embalagem plástica original 1kg	12.000	unid	BOM NO PRATO	R$ 2,44	R$ 29.280,00
9	Aveia em flocos - embalagem (500g)	680	unid	QUAKER	R$ 2,95	R$ 2.006,00
14	Biscoito doce tipo maria/maisena- embalagem indiv. (sache)aproximadamente de 9g	380	unid	BOM SABOR	R$ 0,25	R$ 95,00
16	Biscoito salgado tipo cream cracker- embalagem indiv. (sache)aproximadamente de 9g	120.000	unid	BOM SABOR	R$ 0,23	R$ 27.600,00
17	Café a vácuo de 1ª qualidade embalagem com mínimo de 500g	3.400	unid	SUL DE MINAS	R$ 6,40	R$ 21.760,00
18	Canela em pó embalagem pct com 50g	680	pct	CHINEIZINHO	R$ 4,50	R$ 3.060,00
19	Caldo de carne em pó pacote 1kg	680	pct	KITANO	R$ 5,80	R$ 3.944,00
20	Caldo de frango em pó pacote 1kg	680	pct	KITANO	R$ 5,80	R$ 3.944,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

21	Cereal tipo neston embalagem 400g	680	unid	NESTLÊ	R$ 7,50	R$ 5.100,00
24	Chá camomila cx com 15 gr e 15 sachés	680	cx	CHINEIZINHO	R$ 3,20	R$ 2.176,00
28	Colorau sem sal embalagem plástica 500g	150	unid	KITANO	R$ 9,00	R$ 1.350,00
29	Complemento alimentar sem açúcar – embalagem 400g	680	unid	SUSTAGEM	R$ 40,00	R$ 27.200,00
30	Creme de arroz- sem açúcarembalagem200g	340	cx	S M	R$ 2,80	R$ 952,00
31	Creme de leite – embalagem com mínimo de 200g	1.800	Unid	ELEGE	R$ 2,00	R$ 3.600,00
33	Erva mate queimada e acondicionada em embalagem com caixa de 200g	680	unid	CHINEIZINHO	R$ 6,80	R$ 4.624,00
34	Ervilha em conserva – lata de 395g	3.200	unid	OLE	R$ 1,50	R$ 4.800,00
39	Farinha láctea, Lata com 400g	360	lata	NESTLÊ	R$ 6,85	R$ 2.466,00
40	Farinha de mesa tipo 1 crua em embalagem de 1kg	1.400	unid	DADÁ	R$ 2,40	R$ 3.360,00
41	Farinha de milho (mucilagem) acondicionado em lata de 400g	360	unid	NESTLÊ	R$ 6,15	R$ 2.214,00
43	Farinha de trigo sem fermento especial embalagem de 1 kg	1.000	unid	SOL	R$ 2,20	R$ 2.200,00
44	Feijão branco tipo 1 embalagem com mínimo de 500g	680	unid	DADÁ	R$ 3,97	R$ 2.699,60
45	Feijão fradinho tipo 2 embalagem com mínimo de 500g	680	unid	DADÁ	R$ 2,20	R$ 1.496,00
46	Feijão preto tipo 1 embalagem plástica de1 kg	7.000	unid	DADÁ	R$ 4,20	R$ 29.400,00
48	Filme Plástico embalagem contendo no mínimo 30 mts	2.100	unid	SO PLAS	R$ 3,80	R$ 7.980,00
49	Fósforo pacote com 10 unid	2.100	pct	OLHO	R$ 1,98	R$ 4.158,00
51	Gelatina sabores com 12g	850	cx	OTKER	R$ 1,22	R$ 1.037,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

55	Iogurte natural desnatado copo 185g	2.100	unid	VIGOR	R$ 1,80	R$ 3.780,00
57	Leite condensado – lata 395g	2.100	unid	ITALAC	R$ 3,50	R$ 7.350,00
58	Leite de caixadesnatado – embalagem 1L	4.100	unid	AURORA	R$ 3,40	R$ 13.940,00
59	Leite de caixa integral – embalagem 1L	12.200	unid	AURORA	R$ 3,30	R$ 40.260,00
69	Margarina vegetal light – embalagem original 500g	810	unid	QUALY	R$ 5,60	R$ 4.536,00
70	Marrom glacê embalagem 400g	680	unid	DEZ	R$ 5,87	R$ 3.991,60
71	Milho verde- lata 300g	3.400	unid	DEZ	R$ 1,30	R$ 4.420,00
73	Molho de pimenta frasco 150ml	810	unid	GROTA	R$ 2,25	R$ 1.822,50
74	Molho shoyo garrafa 900 ml	340	unid	GROTA	R$ 6,80	R$ 2.312,00
75	Alimento Infantil tipo Nan1 lata 400g	340	unid	NESTLÊ	R$ 27,50	R$ 9.350,00
77	Óleo de soja – embalagem pet 900ml	4.100	unid	SOYA	R$ 3,35	R$ 13.735,00
78	Orégano – pacote 200g	310	unid	CHINEIZINHO	R$ 9,87	R$ 3.059,70
79	Pão de Forma integral pacote 500g	1.500	unid	Q.PÃO	R$ 6,20	R$ 9.300,00
80	Pão de Forma tradicional pacote 500g	680	unid	Q.PÃO	R$ 3,50	R$ 2.380,00
83	Papel alumínio rolo com 0,45x7,5 mts	3.500	rolo	SO LAR	R$ 2,88	R$ 10.080,00
84	Presunto (fatiado)	1.200	kg	PERI PERI	R$ 11,95	R$ 14.340,00
85	Queijo minas frescal	1.200	kg	JULIANA	R$ 17,70	R$ 21.240,00
86	Queijo muçarela (fatiado)	1.200	kg	FAZENDA	R$ 23,90	R$ 28.680,00
88	Requeijão cremoso copo com aproximadamente 200 gr	1.800	copo	VIGOR	R$ 3,99	R$ 7.182,00
92	Suco de acerola – garrafa 500ml	3.600	unid	BELA ISCHIA	R$ 4,75	R$ 17.100,00
94	Suco de goiaba – garrafa 500ml	3.600	unid	ALEVIN	R$ 3,00	R$ 10.800,00
						R$ 439.155,40

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pelo **Secretário Municipal de Saúde.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto,

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde , através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na ***Contratação de Empresa***

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

especializada para fornecimento parcelado **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ESTOCÁVEIS E FRIOS,** para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **12 meses**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Saúde e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Saúde, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Dr. Jorge Luis S. Mendonça
Secretário Municipal de Saúde
Matr. 10256
CRM 52.73454-3

Jorge Luis da Silva Mendonça
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

Jose Ricardo de Aguiar
Sub Secretário
Matr.: 70123

PELA EMPRESA:

ALIBRAL DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA EIRELI-EPP
inscrita no CNPJ sob o nº 05.391.414/0001-02

Luiz Osvaldo Alves Soares Santana
CPF: 001.190.397-02

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 065/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO Nº 2318/2019, PP- SRP: 014/2019.

OBJETO: ***Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado*** **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ESTOCÁVEIS E FRIOS,** para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **12 meses** descritas no **Termo de Referência**, pelo período de **12 (doze) meses**.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 31 dias do mês de maio de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil**, Sr. Jorge Luis da Silva Mendonça, Brasileiro, Médico, Casado, portador da Cédula de identidade sob o número 5273454-3 emitido pelo CRM/RJ, CPF/MF 080.723.687-02, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de de Saúde e Defesa Civil** e, de outro lado, a empresa **DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.784.708/0001-02,** Inscrição Estadual nº. 77.582.363, Inscrição Municipal nº. 12268-0, com sede a Rua Agostinho de Souza Amaral, nº 2001- Loja 01- Estiva- Vassouras - RJ, CEP.: 27700-000, telefone (24) 2471-2601, endereço eletrônico: casamunizlicita@gmail.com, neste ato, representada pelo Senhor Lucas Saviano da Conceição Machado, Brasileiro, Solteiro, Representante Comercial, portador da Cédula de Identidade nº 24.065.580-3, emitido pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 128.753.867-35, e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à ***Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado*** **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ESTOCÁVEIS E FRIOS,** para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **12 meses**, **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado – embalagem 1kg	4.200	Unid	TOPÇUCAR	R$ 1,85	R$ 7.770,00
3	Adoçante dietético líquido em embalagem com no mínimo 100ml	980	und	ASSUGRIN	R$ 1,95	R$ 1.911,00
7	Amido de milho cx com 500g	680	Unid	PACHA	R$ 3,80	R$ 2.584,00
10	Azeite de oliva puro de 1ª qualidade embalagem de 500ml	1.600	unid	OLIVEIRAS DO CONDES	R$ 11,95	R$ 19.120,00
11	Azeitona verde em conserva embalagem 500g	680	unid	CAMPO BELO	R$ 8,50	R$ 5.780,00
12	Batata plalha embalagem plástica 1kg	680	unid	1000	R$ 11,90	R$ 8.092,00
13	Biscoito doce tipo maria/maisena- embalagem com mínimo de 200g	5.500	unid	RACINI	R$ 1,49	R$ 8.195,00
15	Biscoito salgado tipo cream cracker- embalagem com mínimo de 200g	7440	unid	RACINI	R$ 1,49	R$ 11.085,60
22	Chá erva cidreira cx com 10 gr e 10 sachés	680	cx	ITALIANINHO	R$ 2,35	R$ 1.598,00
23	Chá erva doce, cx com 30 gr e 15 sachés	680	Cx	ITALIANINHO	R$ 4,60	R$ 3.128,00
25	Chá hortelã cx com 15 gr e 15 sachés	680	cx	ITALIANINHO	R$ 3,45	R$ 2.346,00
26	Chá preto, cx com 24 gr e 15 sachés	680	Cx	ITALIANINHO	R$ 3,70	R$ 2.516,00
27	Coco ralado acondicionado em embalagem metálica com 100g	680	unid	SERIGY	R$ 2,45	R$ 1.666,00
32	Doce de leite pastoso embalagem commínimo de 400g	680	unid	TRIANGULO	R$ 4,40	R$ 2.992,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

35	Ervilha seca – embalagem de 500g	680	unid	PEREIRA	R$ 2,94	R$ 1.999,20
36	Suco de soja original sem açúcarembalagem1 litro	1.800	unid	MAIS VITA	R$ 4,95	R$ 8.910,00
37	Extrato de tomate concentrado em embalagem de no mínimo 350g	3.600	unid	DEZ	R$ 1,50	R$ 5.400,00
38	Farinha de arroz (mucilagem) acondicionado em lata de 400g	360	unid	MUCILON	R$ 6,28	R$ 2.260,80
42	Farinha de rosca embalagem de 500gr	680	unid	PATUSCO	R$ 2,90	R$ 1.972,00
47	Fermento químico em pó em lata de 100g	680	unid	APTI	R$ 2,48	R$ 1.686,40
50	Fubá (milho) extra de 1ª qualidade em embalagem plástica de 1kg	680	unid	PEREIRA	R$ 1,85	R$ 1.258,00
52	Gelatina sabores (light), com 12g	720	cx	NEILAR	R$ 2,40	R$ 1.728,00
53	Geléia de mocotó embalagem cartonada de mínimo 200g	600	unid	ELLO	R$ 3,50	R$ 2.100,00
54	Goiabada embalagem 400g	680	unid	DEZ	R$ 2,78	R$ 1.890,40
56	Iogurte sabores – copo 100g	2.500	unid	TREVINHO	R$ 1,50	R$ 3.750,00
60	Leite de coco garrafa 200ml	680	unid	YUKA	R$ 2,48	R$ 1.686,40
61	Lentilha embalagem 500g	680	unid	PATUSCO	R$ 5,40	R$ 3.672,00
62	Macarrão espaguete – embalagem original 500g	810	unid	CADORE	R$ 2,50	R$ 2.025,00
63	Macarrão padre nosso – embalagem original com 500g	810	unid	CADORE	R$ 3,40	R$ 2.754,00
64	Macarrão em tiras para lasanha 500g	680	Unid	CADORE	R$ 5,10	R$ 3.468,00
65	Macarrão parafuso – embalagem original 500g	1.400	unid	CADORE	R$ 2,88	R$ 4.032,00
66	Macarrão talharim 500g	810	Unid	CADORE	R$ 3,15	R$ 2.551,50
67	Maionese – embalagem original 500g	810	unid	QUERO	R$ 2,78	R$ 2.251,80
68	Margarina vegetal – embalagem original 500g	2.500	Unid	CLAYBOM	R$ 3,95	R$ 9.875,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

72	Milho para canjica – pacote 500g	680	unid	PEREIRA	R$ 1,99	R$ 1.353,20
76	Alimento Infantil tipo Nan2 lata 400g	340	unid	NAN COMFOR	R$ 26,00	R$ 8.840,00
81	Palito de dente caixa com 100 unid	680	unid	PARANÁ	R$ 1,00	R$ 680,00
82	Palito de dente sachê cx 1000unid	130	cx	GABOARDI	R$ 10,00	R$ 1.300,00
87	Queijo parmesão ralado – pacote 50g	1.500	pct	RETTIS	R$ 2,43	R$ 3.645,00
89	Sal refinado em sache cx com 2000 unid de 1 gr	160	unid	SOSAL	R$ 14,50	R$ 2.320,00
90	Sal refinado iodado – embalagem plástica original 1kg	2.000	unid	GARÇA	R$ 1,10	R$ 2.200,00
91	Suco a base de extrato de soja (tipo Ades) embalagemcartonada1 lt.	1.800	unid	MAIS VITA	R$ 4,95	R$ 8.910,00
93	Suco de caju – garrafa 500ml	5.100	unid	DA FRUTA	R$ 2,48	R$ 12.648,00
95	Suco de maracujá – garrafa 500ml	5.100	unid	IMBAMARA	R$ 4,39	R$ 22.389,00
96	Suco de uva- garrafa 500ml	3.600	unid	FRUTEM	R$ 3,30	R$ 11.880,00
97	Trigo quibe – embalagem 500g	680	unid	PASTUSCO	R$ 2,50	R$ 1.700,00
98	Vinagre, embalagem com 750 ml, tinto	980	und	TOSCANO	R$ 1,88	R$ 1.842,40
99	Xarope de guaraná garrafa de 1 lt	580	unid	JÓIA	R$ 4,90	R$ 2.842,00
						R$ 226.603,70

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pelo **Secretário Municipal de Saúde.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde , através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na ***Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado*** **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ESTOCÁVEIS E FRIOS,** para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **12 meses**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Saúde e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Saúde, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 2318/19

Fls. _____

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Dr. Jorge Luis S. Mendonça
Secretário Municipal de Saúde
Matr. 10256
CRM-RJ 53454-3

Jorge Luis da Silva Mendonça
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

Jose Ricardo de Aguiar
Sub Secretário
Matr. 970123

PELA EMPRESA:

DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA-ME
inscrita no CNPJ sob o nº 05.784.708/0001-02

Lucas Saviano da Conceição Machado
CPF: 128.753.867-35

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Adrninistração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº14196/2018

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 068/2019.
Órgão: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer

PROCESSO Nº *14196/2018*, PP- SRP: 028/2019.

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento e intermediação na contratação de artistas, de qualquer segmento, tendo como função a intermediação na contratação dos artistas que serão contratados pelo Município, para atender as necessidades da municipalidade, em suas realizações de eventos festivos e culturais pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 10 dias do mês de junho de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal *de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer***, Roberto Carlos de Assis Monsores, Brasileiro, Turismólogo, Solteiro, portador da Cédula de identidade sob o número 06544683-3 emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 775.077.117-49 doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da ***Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer*** e, de outro lado, a empresa **PUBLITAKE PRODUTORA E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.863.578/0001-90**, Inscrição Municipal nº. 1.078.143-4, com sede a Rua Avany Ribeiro, nº 30 – Bangu- RJ- Cep: 21.862-610, telefone (21) 96411-8483/99200-9896, endereço eletrônico: publitakeprodutora@gmail.com , neste ato, representada pelo Senhor Marcio Silva de Souza, Brasileiro, Casado, Empresário, portador da Cédula de Identidade nº 09.084.000-0 emitido pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 012.441.867-83 e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1- Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento e intermediação na contratação de artistas, de qualquer segmento, tendo como função a intermediação na contratação dos artistas que serão contratados pelo Município, para atender as necessidades da municipalidade, em suas

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº14196/2018

Fls. _____

realizações de eventos festivos e culturais pelo período de 12 (doze) meses, parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	"MENOR PERCENTUAL DESCONTO PARA O AGENCIAMENTO"	Valor Global
1	contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento e intermediação na contratação de artistas, de qualquer segmento, tendo como função a intermediação na contratação dos artistas que serão eventualmente contratados pelo Município, para atender as necessidades da municipalidade, em suas realizações festivas e culturais	1	"MENOR PERCENTUAL DESCONTO PARA O AGENCIAMENTO"	7%	7%

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:
a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº14196/2018

Fls. _____

d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pelo **Secretario Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº14196/2018

Fls. _____

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993;

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer, através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprirnento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na ***Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento e intermediação na contratação de artistas, de qualquer segmento, tendo como função a intermediação na contratação dos artistas que serão contratados pelo Município, para atender as necessidades da municipalidade, em suas realizações de eventos festivos e culturais pelo período de 12 (doze) meses***, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº14196/2018

Fls. _____

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria solicitante, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°14196/2018

Fls. _____

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n°14196/2018

Fls. _____

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Roberto Carlos de Assis Monsores
Secretário Municipal de Turismo, Eventos, Esporte e Lazer
Código: 67825

Roberto Carlos de Assis Monsores
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer

PELA EMPRESA:

PUBLITAKE PRODUTORA E SERVIÇOS LTDA-ME
inscrita no CNPJ sob o nº 28.863.578/0001-90

Marcio Silva de Souza
CPF: 012.441.867-83

Manoel Baptista da Silva Filho
Secretário Adjunto de Eventos

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPRIMENTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços nº 014/2019, Processo Administrativo nº **2318/2019**, visando a **Registro de Preços, visando à Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ESTOCÁVEIS E FRIOS, para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o presente Edital,,** em favor das empresas abaixo:

EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL
ALIBRAL DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA EIRELI EPP- CNPJ: 05.391.414/0001-02	R$ 439.155,40
DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA ME- CNPJ: 05.784.708/0001-02	R$ 226.603,70
VALOR GERAL	**R$ 665.759,10**

Perfazendo o valor total em reais na ordem de **R$ 665.759,10** (seiscentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinqüenta e nove reais e dez centavos).

Mangaratiba, 31 de maio de 2019.

Dr. Jorge Luis S. Mendonça
Secretário Municipal de Saúde
Matr 10256
CRM 52.73454-3

Jorge Luis da Silva Mendonça
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

Jose Ricardo de Aguiar
Sub Secretário
Matr.. 70123

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPRIMENTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços nº 023/2019, Processo Administrativo nº **06796/2018**, visando a **Registro de Preços para a Contratação de Empresa especializada para aquisição parcelada de roupas de Cama e Banho para CEIMs e Escolas de Educação Infantil do Município de Mangaratiba pelo período de 12 (doze) meses,** em favor das empresas abaixo:

EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL
COELHO E MACHADO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI ME- CNPJ: 23.027.027/0001-73;	**R$ 89.050,00**
LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA- CNPJ: 09.543.571/0001-47;	**R$ 34.345,00**
LLS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI- CNPJ: 19.345.406/0001-34;	**R$ 69.459,10**
VALOR TOTAL	**R$ 192.854,10**

Perfazendo um valor total de R$: 192.854,10 (cento e noventa e dois mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

Mangaratiba, 28 de maio de 2019.

Valdemar Alves Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Educação

Thirley Ribeiro de Vasconcelos
Secretária Adjunta Executiva
Matr.: 1165

Adriana P. da Silva Estanislau
Secretária Adjunta Administrativa
SME MAT.: 1213

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPRIMENTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços nº 028/2019, Processo Administrativo nº **14196/2018**, visando o **Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento e intermediação na contratação de artistas, de qualquer segmento, tendo como função a intermediação na contratação dos artistas que serão contratados pelo Município, para atender as necessidades da municipalidade, em suas realizações de eventos festivos e culturais pelo período de 12 (doze) meses,** descritas no **Termo de Referência.**, em favor das empresas abaixo:

EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL
PUBLITAKE PRODUTORA E SERVIÇOS LTDA – ME- CNPJ: 28.863.578/0001-90	7%

Perfazendo um valor total de **7% (sete por cento)** no agenciamento de artistas.

Mangaratiba, 10 de junho de 2019.

Roberto Carlos de Assis Monsores
Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer
Código: 67825

Roberto Carlos de Assis Monsores
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer

Manoel Baptista da Silva Filho
Secretário Adjunto de Eventos

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL
SEGURANÇA, TRÂNSITO E ORDEM PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E ORDEM PÚBLICA, conforme atribuições delegadas através da Portaria nº. 2439/2019.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997),

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição ao trânsito e ao estacionamento de veículos automotores, na Praia do Saco - Mangaratiba, na seguinte via:

I. Rua José Antonio da Costa (Em frente ao CIEP 294), no trecho compreendido entre a Praça Amazonas.

Art. 2º - A presente Resolução terá validade das 19:00 horas até às 02:00 hora, nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Ordem Pública.

Secretaria Municipal Trânsito
Rua Coronel Moreira da Silva, 203 – Andar 01 – Centro – Mangaratiba – RJ
Telefones: (21) 2789-6000 ramal 528
ordempublica@mangaratiba.rj.gov.br

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL
SEGURANÇA, TRÂNSITO E ORDEM PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E ORDEM PÚBLICA, conforme atribuições delegadas através da Portaria nº. 2439/2019.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997),

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição ao trânsito e ao estacionamento de veículos automotores, em Muriqui - Mangaratiba, na seguinte via:

I. Rua Doze de Outubro, no trecho compreendido entre a Rua Minas Gerais e a Rua Quinze de Novembro

II. Rua Pernambuco, esquina com a Rua Doze de Outubro.

Art. 2º - A presente Resolução terá validade das 07:00 horas até às 18:00 hora, no dia 20 de junho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Ordem Pública.

Secretaria Municipal Trânsito
Rua Coronel Moreira da Silva, 203 – Andar 01 – Centro – Mangaratiba – RJ
Telefones: (21) 2789-6000 ramal 528
ordempublica@mangaratiba.rj.gov.br

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Talita Girão
Rafaela Neves
Heider Rangel

Edição e Revisão:
Amanda Bernardo
Isabele Mariano
Claud Bernard

Diagramação:
Claud Bernard Filho

Fotografia:
Alan de Barros
Jorge Alves Pereira

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal